

# Já é tempo de Constituinte

O presidente José Sarney assina hoje às 11 horas, em solenidade no Palácio do Planalto, a mensagem ao Congresso convocando a Assembleia Nacional Constituinte, cujo esboço foi aprovado há dias pelas lideranças da Aliança Democrática, mas ainda passou ontem por uma redação final. A mensagem tem apenas 4 artigos, e em relação ao esboço antecipado será suprimida a autorização para os constituintes deliberarem sobre a Federação e a República.

O chefe do governo decidiu dar caráter solene ao ato e foram convidados todos os sobreviventes da Constituinte de 1946, um grupo variado que inclui o escritor Jorge Amado e o sociólogo Gilberto Freyre, os comunistas João Amazonas e Luis Carlos Prestes, os deputados Manoel Novaes e Magalhães Pinto, além do jornalista Barbosa Lima Sobrinho e vários outros. O cerimonial do Palácio está há dias tentando contactar todos os constituintes remanescentes de 46, a fim de que o maior número deles esteja presente. Foram convidados igualmente os presidentes da Câmara e do Senado, do STF e os presidentes e líderes de todos os partidos políticos.

O presidente José Sarney fará um pronunciamento sobre a importância da Constituinte antes de assinar a mensagem, tendo ao lado todos os ministros de Estado. A solenidade deve durar uma hora e representa o cumprimento de mais uma etapa do programa da Aliança Democrática, apesar de ter sido protelada por algumas semanas. Depois de convocada a Constituinte, será a vez do ministro da Justiça criar a Comissão da Constituinte, a ser presidida pelo jurista Afonso Arinos, com o objetivo de antecipar as principais reformas na Carta em vigor, antes mesmo do início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

## Alterações previstas

O presidente José Sarney fez duas alterações, uma de forma e outra de conteúdo, no texto da mensagem que convoca a Constituinte, a ser lido hoje, às 11 horas, no Palácio do Planalto, na presença de dirigentes dos poderes Legislativo e Judiciário e remanescentes da Constituinte de 1946. No artigo terceiro, ao invés de atribuir a instalação dos trabalhos ao presidente do STF, a função será reservada ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral. O presidente revelou que essa alteração foi sugerida por juristas e não líderes do Congresso.

Minha intenção ao lançar aquele esboço era exatamente suscitar o debate. Muitas sugestões estão chegando e uma delas é a de atribuir ao TSE a função de instalar os trabalhos da Constituinte. Os juristas argumentaram que em 1946 procedeu-se assim, o que justifica tomar o precedente como tradição, disse o presidente.

A outra alteração, apenas formal, será no artigo segundo, onde se explicita a soberania da Constituinte. Ao invés da referência ao artigo 47, parágrafo primeiro da atual Constituição, que impede o Congresso de votar emendas alterando a República e eliminando a Federação, o novo texto dirá apenas que "não se aplicam à Constituinte as limitações previstas na atual Constituição". Um colaborador do presidente explicou que não fazia sentido fazer referências a artigo e parágrafo da Constituição em vigor, uma vez que ela não terá vigência sobre os trabalhos da Constituinte.



Paulo Brossard é membro da comissão dos 20 e não quer um texto pesado

## Carta deve ser curta

Ricardo Hollanda

"Entendo que a Constituinte não deve ser um guia telefônico, com os números de todos os aparelhos". Uma Constituição analítica contendo apenas o essencial é o que propugna o ex-senador e ex-líder do PMDB, Paulo Brossard. Ele é um dos nomes que encabeçam a lista de vinte membros da Comissão da Constituinte que será divulgada pelo presidente José Sarney.

Brossard aproveitou uma viagem a Brasília, onde veio resolver algumas questões judiciais nos tribunais superiores para visitar seus antigos companheiros no Congresso Nacional. Sobre a situação dos senadores eleitos em 82 tornarem-se constituintes, o parlamentar acha isso "um pouco na contramão". E explica: "Nós adotamos um sistema onde o Parlamento se renova periodicamente. Tratando-se da Assembleia Nacional Constituinte, o fato deve ser visto de um ângulo distinto". Disse que pode ocorrer a hipótese de uma questão dividir a Assembleia, e que o voto daqueles senadores eleitos em 82 sejam decisivos na solução da

controvérsia, argumentou enigmáticamente.

Quanto a seu desejo que a próxima Constituição seja sucinta, Brossard explica: "Há, naturalmente, um desejo de ver o País restaurado na ordem legal. Mas existe também, uma certa imagem de que tudo deve aparecer na Constituição". Ele citou que as Constituições de países como a França, União Soviética e China contêm, apenas 150 artigos. O ex-senador, fez a ressalva que a de Portugal, no entanto, possui 312 artigos.

O pedido de manutenção do dispositivo constitucional que trata do papel das Forças Armadas, formulado por vários ministros militares é considerado como razoável pelo ex-senador, que acredita na sua continuidade. E continuou, dizendo que: "Quando houve desvios destas funções, os resultados não foram lisonjeiros para ninguém. Redução do mandato presidencial para quatro, no máximo cinco anos se mantido o regime presidencialista, ou oito se for decidida a volta ao parlamentarismo são outras idéias do ex-líder do PMDB.

## Boletim da Constituinte

**NÃO A MONARQUIA** — O esboço da convocação da Assembleia Nacional Constituinte sofreu modificações, antes mesmo de ser assinado. No jantar de quarta-feira à noite, com 19 parlamentares do PMDB, o presidente José Sarney resolveu somar uma proibição à minuta pela Constituinte: a Assembleia não poderá alterar o princípio da República. Sem isso, o Brasil poderia adotar qualquer sistema de governo, como por exemplo a monarquia.

Este foi o principal ponto discutido na reunião, que teve a presença de Ulysses Guimarães, Pimenta da Veiga e Fernando Henrique Cardoso. A proposta da proibição partiu do deputado Roberto Cardoso Alves e foi acompanhada por Milton Reis, Ulysses Guimarães, Cid Sampaio, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Heitor Fortes e Geraldo Fleming. Segundo eles, por mais que o Executivo não deseje interferir nas decisões da Constituinte, o princípio da República não pode ser contestado.

**MEMÓRIA** — "As Constituições comportam sempre uma série de concessões recíprocas. Mas isto não deve ser uma coisa de momento, só negociada pelos homens mais ativos. Um deputado tem lá uma idéia na cabeça, por que leu um livro, ou porque recebeu uma folha de papel com uma sugestão, e ele, para passar à posteridade, fica cabalando, trocando votos. Eu pensaria numa coisa mais alta, mais nobre" (Aliomar Baleeiro)

**ATO PÚBLICO** — A seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil está programando para o próximo dia 2 de julho, data de independência na Bahia, a realização de um grande ato público na praça do Campo Grande para o lançamento da campanha estadual pela Constituinte.

O ato público foi marcado para as 17 horas, horário previsto para o encerramento do desfile do dois de julho, que reúne milhares de pessoas para levar os carros do Caboclo e da Cabocla — símbolo da resistência baiana às tropas portuguesas — do bairro da Lapinha ao Campo Grande.

**CONTRA** — "Com a transformação do Congresso em Assembleia Constituinte, os parlamentares vão legislar em causa própria. Nenhum poder constituído deve elaborar uma Constituição. Isso é uma tarefa de todos os setores da sociedade". Esta é a opinião do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, Herman Assis Baeta, que defende uma Constituinte eleita a curto prazo e independente do Congresso.

**PARTIDOS** — "A Constituinte é o assunto prioritário", afirmou o ministro da Justiça, Fernando Lyra, prevendo que após as eleições de novembro próximo, haverá um novo assentamento partidário, com outro tipo de correlação de forças e, consequentemente, uma nova perspectiva para a Constituinte.

O ministro da Justiça não teme que esta mobilização popular venha trazer a aprovação de proposta como a realização de eleições presidenciais do próximo ano, conforme defende o PDT. Segundo Lyra, a Constituinte, historicamente, sempre precedeu as eleições presidenciais e o contrário seria "colocar o carro na frente dos bois".

Lyra refutou ainda as críticas do PT de que a emenda do governo convocando a Constituinte permitirá que os constituintes "legislem em causa própria", ao determinar que a Assembleia Nacional Constituinte trabalhará, paralelamente, com o Congresso ordinário. O ministro disse que esta opinião é um "pre-julgamento".

**MEMÓRIA** — "A idéia da Constituinte não poderia cair num vazio. Se houvesse apenas uma proposição, sem pregação organizada, ela se esvaziaria. Afinal, a idéia da Abolição só tomou corpo através de uma campanha pela Abolição" (João Gilberto)

**ESCLARECIMENTO** — O ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, desconhecia até ontem à tarde qualquer modificação na mensagem do presidente José Sarney, convocando a Constituinte. Ele chegou a rebater críticas sobre possíveis falhas na redação — como artigos que limitariam sua ação ao determinar prazo e características, como os dois turnos — sob a alegação de que o texto deixa claro que a Constituinte será soberana e ainda arriscou: — Tenho o palpite de que a Constituinte não demorará mais de seis meses — disse, recordando que a mensagem foi aprovada pelas lideranças da Aliança Democrática, durante reunião do Conselho Político.